



# MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

## DECRETO Nº 10.289, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2006.

*“Regulamenta a Lei Complementar n.º 251, de 26 de dezembro de 2005, que cria a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil no Município de Porto velho – COMDEC/PVH.”*

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe confere o inciso IV do artigo 87 da Lei Orgânica,

Considerando a Lei Complementar nº 251, de 26 de dezembro de 2005; e

Considerando a necessidade da regulamentação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC, para sua instalação e funcionamento, a fim de estabelecer diretrizes gerais de Defesa Civil no Município de Porto Velho, além da propositura e coordenação de ações de prevenção, preparação, resposta e reconstrução na ocorrência de desastres,

### **DECRETA:**

**Art. 1º.** A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC é o órgão da administração pública municipal responsável pela execução, coordenação e mobilização das ações de Defesa Civil no âmbito do Município de Porto Velho.

**Art. 2º.** Compete à COMDEC:

- a) Coordenar e executar as ações de Defesa Civil no Município de Porto Velho;
- b) Manter atualizadas e disponíveis as informações municipais relacionadas à Defesa Civil;
- c) Elaborar e implementar planos, programas e projetos de Defesa Civil;
- d) Elaborar Plano de Ação Anual, com vistas ao atendimento das ações em tempo de normalidade, bem como, das ações emergenciais;
- e) Prever recursos orçamentários próprios necessários às ações assistenciais de recuperação ou preventivas, como contrapartida às transferências de recursos da União, na forma da legislação vigente;
- f) Capacitar recursos humanos para as ações de Defesa Civil;
- g) Manter o órgão central do SINDEC informado sobre as ocorrências de desastres e atividades de Defesa Civil;
- h) Propor à autoridade competente a declaração de situação de emergência e de estado de calamidade pública, observando os critérios estabelecidos pelo CONDEC – Conselho Nacional de Defesa Civil;
- i) Executar a distribuição e o controle de suprimentos necessários em situações de desastre;
- j) Implantar o banco de dados e elaborar os mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres;
- k) Implementar ações de medidas não estruturais e medidas estruturais;



# MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

- l) Promover campanhas públicas e educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas com a Defesa Civil, através da mídia local;
- m) Estar atenta às informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento, para executar planos operacionais em tempo oportuno;
- n) Comunicar aos órgãos competentes quando da previsão ou identificação de riscos de desastre, de qualquer natureza, que possam oferecer perigo à população;
- o) Implantar programas de treinamento para voluntariado;
- p) Implantar e manter atualizados o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidades;
- q) Estabelecer intercâmbio de ajuda com outros Municípios;
- r) Promover mobilização social visando à implantação dos NUDEC – Núcleos Comunitários de Defesa Civil nos bairros e distritos de Porto Velho.

**Art. 3º.** A COMDEC compõem-se da seguinte forma:

- I. Coordenador;
- II. Conselho Municipal de Defesa Civil;
- III. Seção Administrativa;
- IV. Setor Técnico;
- V. Setor Operativo.

**§1º.** O cargo de Coordenador será exercido pelo Assessor Militar da Prefeitura Municipal de Porto Velho, mediante nomeação por Decreto do Executivo.

**§2º.** A Seção Administrativa, o Setor Técnico e o Setor Operativo da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC serão constituídos por integrantes pertencentes ao quadro de servidores e por servidores ocupantes de cargos comissionados e/ou funções gratificadas da Prefeitura Municipal.

**Art. 4º.** Ao Coordenador da COMDEC compete:

- a) Convocar as reuniões da Coordenadoria;
- b) Dirigir a entidade e representá-la perante os órgãos governamentais e não-governamentais;
- c) Propor planos de trabalho;
- d) Participar das votações e declarar aprovadas as resoluções;
- e) Resolver os casos omissos e praticar todos os atos necessários ao regular funcionamento da COMDEC;
- f) Propor aos demais membros, em reunião previamente marcada, os planos orçamentários, obras e serviços, bem como outras despesas, dentro da finalidade do que se propõe a COMDEC.

**Parágrafo único.** O Coordenador da COMDEC poderá delegar atribuições, por meio de ato específico, sempre que necessário ao cumprimento das finalidades da entidade, observados os termos legais.

**Art. 5º.** O Conselho Municipal atuará como órgão consultivo e deliberativo e será presidido pelo Chefe do Executivo Municipal ou por pessoa por este nomeada, cabendo a Vice-Presidência ao Coordenador da COMDEC.

**§1º.** O Conselho Municipal será constituído da seguinte forma:



# MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

- I. 01 (um) representante da Câmara dos Vereadores;
- II. 01 (um) representante do Poder Judiciário;
- III. 01 (um) representante da Procuradoria Geral do Município – PGM;
- IV. 01 (um) representante da Controladoria Geral do Município – CGM;
- V. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação - SEMUR;
- VI. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Ação Social – SEMAS;
- VII. 01 (um) representante de órgão não governamental com atuação no Município de Porto Velho, em áreas afins à Defesa Civil;
- VIII. 01 (um) representante da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil/Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia;
- IX. 01 (um) representante da Secretaria Estadual da Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC;
- X. 01 (um) representante da Polícia Militar do Estado de Rondônia;
- XI. 01 (um) representante da Polícia Civil do Estado de Rondônia;
- XII. 03 (três) representantes da comunidade, escolhidos dentre as Associações de Moradores;
- XIII. 01 (um) representante da Igreja Católica, com atuação em área afim.

**§2º.** Os integrantes do Conselho Municipal não receberão remuneração pelos serviços prestados, salvo em caso de viagem a serviço, fora da Sede do Município, quando devidamente autorizada pelo Executivo Municipal, restringindo-se às despesas de pousada, alimentação e transporte comprovadas.

**§3º.** Caberá ao Conselho Municipal elaborar seu Regimento Interno, que deverá ser publicado mediante Decreto do Poder Executivo.

**Art. 6º.** À Seção Administrativa compete:

- I. Implantar e manter atualizados o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidades;
- II. Secretariar e apoiar as reuniões do Conselho Municipal de Defesa Civil.

**Art. 7º.** O Órgão Setorial será composto pelo Setor de Prevenção de Desastre e pelo Setor de Preparação para Emergências e Desastres.

**§1º.** Ao Setor de Prevenção de Desastre compete:

- I. Implantar o banco de dados e elaborar os mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres;
- II. Promover campanhas públicas e educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas com a defesa civil, através da mídia local.

**§2º.** Ao Setor de Preparação para Emergências e Desastres compete:

- I. Promover o desenvolvimento institucional, de recursos humanos e científico-tecnológico;
- II. Promover a mobilização, monitoração, alerta, alarme, aparelhamento e apoio logístico em situações de anormalidades;
- III. Implantar programas de treinamento para voluntariado;



# MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

IV. Estar atenta às informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno.

**Art. 8º.** O Setor Operacional será composto pelo Setor de Resposta aos Desastres e pelo Setor de Reconstrução.

**§1º.** Ao Setor de Resposta aos Desastres compete:

- I. Executar as atividades de socorro às populações em risco, assistência aos habitantes afetados e reabilitação dos cenários dos desastres.
- II. Executar a distribuição e o controle de suprimentos necessários em situações de desastres.

**§ 2º.** Ao Setor de Reconstrução compete auxiliar na promoção do restabelecimento dos serviços públicos essenciais, da economia da área, e do bem-estar da população.

**Art. 9º.** No exercício de suas atividades, poderá a COMDEC solicitar, de pessoas físicas ou jurídicas, colaboração no sentido de prevenir e limitar os riscos, as perdas e os danos aos quais está sujeita a população, em circunstâncias de desastres.

**Art. 10.** A Prefeitura Municipal de Porto Velho fará constar dos currículos escolares da Rede de Ensino Municipal, noções gerais sobre os procedimentos de defesa civil.

**Art. 11.** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**ROBERTO EDUARDO SOBRINHO**

Prefeito do Município

**MÁRIO JONAS FREITAS GUTERRES**

Procurador-Geral do Município